

RELIGIÃO E POLÍTICAS: AS NOVAS PEÇAS NO JOGO POLÍTICO BRASILEIRO

RELIGION AND POLICIES: THE NEW PIECES IN THE BRAZILIAN POLITICAL GAME

Marineide de Oliveira Gomes 1

Resumo: O artigo pretende identificar a inflexão observada no jogo político brasileiro, especialmente a partir da década de 1980, em que, progressivamente, a religião toma a cena da política brasileira pela presença marcante de igrejas evangélicas (pentecostais e neopentecostais) em meio a um contexto histórico - desde o século XIX - de feição predominantemente católica. As relações entre religião e política - presentes sobretudo em regiões periféricas do país - apresenta-se como um processo de disputa no campo da moral na sociedade e no processo de produção de Políticas Públicas, sendo importante a reflexão sobre os elementos 'em jogo' nesse cenário em um contexto de frágil democracia brasileira.

Palavras-chave: Religião e Política. Políticas Públicas. Democracia.

Abstract: The article intends to identify the inflection observed in the Brazilian political game, especially from the 1980s onwards, in which religion, progressively, took the stage of Brazilian politics due to the strong presence of evangelical churches (pentecostal and neo-pentecostal) in the midst of a historical context - since the 19th century - predominantly Catholic in character. The relationship between religion and politics - present mainly in peripheral regions of the country - presents itself as a process of dispute in the field of morality in society and in the production process of Public Policies, being important to reflect on the elements 'at play' in this scenario in a context of fragile Brazilian democracy.

Keywords: Religion and Politics. Public Policy. Democracy.

Pedagoga, Mestre em Educação (FE-USP) e em Políticas Públicas (FLACSO). Doutora em Educação (FE-USP), com Pós-Doutoramento na mesma área (Universidade Católica Portuguesa - Lisboa). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Santos-SP. Líder do Observatório de Políticas Educacionais: infâncias, educação integral e pesquisa-formação (CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5335835681705245>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2929-4888>. E-mail: marineide.gomes@unisantos.br

Introdução

As relações entre Estado e Igreja são por demais conhecidas, especialmente em um país - como o Brasil - que foi colonizado tendo uma instituição religiosa que serviu para aculturar e catequizar os sujeitos que já habitavam o país (os índios) - por meio da Companhia de Jesus, inicialmente com a Escola das Primeiras Letras, Colégios e Missões e, após a expulsão dos jesuítas no país, pelo marquês de Pombal (em 1589), a Igreja Católica foi diminuindo o seu poder, reaparecendo a partir de 1889, com a Proclamação da República, na forma de evangelização e de atendimento caritativo às necessidades básicas da população mais pauperizada, cumprindo papel de apaziguamento entre a população e o Estado.

As diferentes formas de relação que as Igrejas, em geral, tiveram com o Estado Brasileiro se traduziram nos primeiros 30 anos da República com forte protagonismo da Igreja Católica nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, cenário que se prolongou até o final do século XX, sendo por muito tempo considerado o catolicismo como religião oficial do país, mesmo em meio ao debate sobre a importância de um Estado laico em um país republicano.

Por considerarem a área da Educação um campo estratégico, os educadores católicos e intelectuais a eles vinculados, nas primeiras décadas do século XX organizaram-se, disputando a hegemonia da Educação no país, com os chamados 'renovadores', defensores das ideias liberais laicas e da liberdade do ensino, protagonizados pelo Movimento dos Pioneiros da Escola Nova (SAVIANI, 2007).

Trabalho missionário e ação social se entrelaçavam, contribuindo para a pacificação nacional, inicialmente no meio rural, em que a pobreza e a desigualdade se faziam mais presentes. Nesse aspecto pode-se destacar a presença da mediação católica em revoltas populares como a revolta da Cabanada (1832 a 1836) e a Revolução Praieira (1848-1850) - ambas em Pernambuco. Aos poucos, a presença das ações missionárias e de caridade social passam a tomar corpo também no meio urbano, configurando-se - no século XX - como participação política significativa, por meio da criação de associações, apoio de intelectuais, instituições de ensino, com vistas à manutenção da ordem, da autoridade e da estabilidade social, pela obediência à Igreja e ao Estado.

Na década de 1950, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - tendo à frente, Dom Helder Câmara - se apresenta como resposta às ações sociais e evangelizadora de forma mais orgânica no país, juntamente com as atividades pastorais e estímulos à participação da juventude e é nesse período que são criadas a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), que tiveram forte presença na formação de quadros políticos que, pós período de redemocratização no país, a partir de 1985, passaram a disputar e assumir influentes cargos públicos.

Tal quadro se estende ao longo do século XX, sendo que no período da ditadura civil-militar (1964-1985), uma parcela da Igreja Católica teve papel fundamental na luta por uma vivência evangélica capaz de contribuir para uma ordem social mais justa e contra a degradação da condição humana - na defesa intransigente dos direitos humanos - numa fase de cerceamento das liberdades democráticas, de terror e de repressão a opositores políticos e a movimentos sociais e populares. Nesse período, setores da Igreja Católica, por influência do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, em oposição a setores conservadores da Igreja, representaram uma divisão interna em termos de posicionamento ideológico, o que forçou a Igreja Católica, institucionalmente, a se posicionar frente às prisões e às perseguições de padres católicos, levando à mudanças e ao desenvolvimento de novas teologias, renovação de ações pastorais e criação de novas organizações no campo da Igreja Católica. Nesse contexto (em 1961) é fundado o Movimento de Educação de Base (MEB) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organizadas de forma a se proliferarem pelo país, visando, ao mesmo tempo, a evangelização e a conscientização política das populações pobres.

No período de redemocratização do país observa-se um refluxo do movimento ligado à Teologia da Libertação, que estava ligado aos reais problemas da população brasileira e uma ascensão de setores conservadores da Igreja, em meio à publicização de casos de corrupção e de pedofilia envolvendo agentes da Igreja Católica. O chamado 'Movimento Carismático' - a

Renovação Carismática Católica (RCC) - chega ao Brasil nos anos 1980 e deslocou para outro patamar o lugar das vivências e das demandas do dia-a-dia, pela experiência pessoal de santidade no amor com Deus e pela força do Espírito Santo, o que pode ter servido para afastar boa parte dos fiéis de uma igreja que estava, até então, colada aos problemas cotidianos da população e buscava contribuir para a melhoria das condições de vida do setor mais pauperizado, em uma perspectiva emancipadora, visando transformações sociais.

É nesse quadro de disputas sociais que, a partir da década de 1980, explodem no país diferentes denominações evangélicas pentecostais e neopentecostais (de acordo com a classificação utilizada pelo IBGE nos Censos Demográficos), de intervenção na vida cotidiana das populações mais empobrecidas, contando com a criação de um sem número de igrejas com pastores e pastoras locais que atuam diretamente com a população (que foi se empobrecendo ainda mais, graças aos processos de urbanização e de globalização acelerada).

Tais ações são alicerçadas por um arsenal de movimentação financeira, comunicação e de mídias (emissoras de rádio e de tv, jornais e outros artefatos) que alcançam os mais longínquos rincões do país e servem para captar fiéis e alimentar um tipo de fé que prega o conservadorismo de costumes, indo na contramão dos avanços conquistados pela sociedade e, em especial, pelos movimentos sociais e feministas, até então. A Teologia da Prosperidade Neopentecostal, por exemplo, se fortalece em períodos de crise social e política, ao lado do cultivo da culpa como forma de controle social, ao apregoar uma ética de ascensão econômica, de empreendedorismo e de meritocracia, obtidos pelo sacrifício de doações monetárias (ALMEIDA, 2019).

Uma hipótese possível que justifica essa situação é a de que no lugar dos processos de conscientização e de emancipação vividos por meio do acolhimento e do pertencimento comunitários, levados a efeito pela Teologia da Libertação na Igreja Católica, pode ter se criado um vácuo, prontamente preenchido pelo segmento conservador das igrejas evangélicas, pelo *modus operandi* dessas igrejas, em especial, pelas já citadas promessas de prosperidade e de salvação.

O próprio Estado passa a reconhecer instituições religiosas evangélicas como colaboradoras/ parceiras do Estado, por meio de convênios com instituições sociais dirigidas aos cuidados com os mais pobres, sobretudo em equipamentos de caráter socioeducativos mantidos por tais instituições, como creches e centros de convivência para a infância e juventude, localizados via de regra, em regiões periféricas nos centros urbanos, não obstante à Constituição Federal de 1988 ter definido nos artigos 5º e 19º o princípio do Estado laico e da liberdade religiosa:

Artigo 5º: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Artigo 19º: é vedado ao poder público estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração e o interesse público.

As novas peças do jogo político

Estamos tratando - até a década de 1990 - de um país eminentemente católico e praticante da diversidade religiosa, que foi inchando as cidades pelos processos de urbano-industrialização, do êxodo rural, da explosão das metrópoles, ocasionando o aumento da desigualdade e o surgimento de uma cultura globalizada. É nesse cenário que, na América Latina, em especial, se observam movimentos evangélicos conservadores ou ultraconservadores (assim como setores da Igreja Católica, em especial a RCC) a buscarem o seu crescimento e reconhecimento junto à população. Segundo Néri (2007), o movimento evangélico cresce entre ‘os grupos perdedores da crise econômica’, pois segundo ele: “a velha pobreza brasileira continua

católica, enquanto a nova pobreza estaria migrando para igrejas neopentecostais e para os chamados segmentos sem religião” (NÉRI, 2007, p.7).

Dados comparativos do IBGE - de 1940 ao ano 2000 apontam uma queda da porcentagem de católicos (de 95% para 73%), enquanto os evangélicos que eram de 2,6% passam a 15,4% - o que representa uma recomposição do imaginário religioso e a necessidade de aprofundamento da visão geo-social-religiosa do país, pois é significativo o aumento do número de evangélicos nas regiões mais populosas do país, provocando uma diversificação no subcampo evangélico entre os pentecostais (temos pela ordem de presença social no país: Igreja Assembleia de Deus, Igreja Congregação Cristã no Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Deus é Amor) e os neopentecostais (com uma rede de denominações e templos variados).

O Censo de 2000 (BRASIL, 2000) indicou um país menos católico e uma explosão evangélica, o que levou a CNBB a se unir aos esforços da Igreja Católica com a vinda do Papa Bento XVI, em 2007 ao país, visando estimular a adoção de estratégias que buscassem deter o avanço evangélico, de seitas e de movimentos não católicos.

O Censo de 2010 (BRASIL, 2010) reforçou o que foi observado no Censo anterior: um rearranjo demográfico pelo crescimento e a fragmentação das Igrejas Evangélicas (com um público predominantemente urbano, com maior presença no Rio de Janeiro do que em São Paulo e também no Acre, sul de Minas Gerais e Nordeste e com uma tônica na experiência religiosa individual e na participação de mulheres), o declínio geral (em todas as regiões) da Igreja Católica e o crescente número de pessoas que se declaram sem religião. A proporção de católicos seguiu a mesma redução observada anteriormente e o segmento evangélico passou de 15,4% para 22,2%. Em 1980 era de 6,6% e em 1991 era de 9,0%, sendo que 60% dos que se declaram neopentecostais (no Censo de 2010) recebem até um salário mínimo e 60% da população que se autodenomina evangélica é composta por mulheres e dessas, 70% se declaram pretas e pardas.

As relações entre religião, mídia e política se estreitam com a abertura de espaços de concessão em rádio e na televisão aberta de programas diários que visam criar uma rotina de evangelização e de formação de costumes. Templos evangélicos gigantescos são inaugurados com a presença de multidões, com transmissões de cultos ao vivo e, atualmente, também pelas redes sociais e da parte da Igreja Católica também se observa o mesmo fenômeno, como o caso da TV Canção Nova (em Cachoeira Paulista/SP) e a TV Aparecida (em Aparecida do Norte).

As chamadas “comunidades de pertencimento” resultante do efeito de engendramentos e de um conjunto de investimentos técnico, discursivo e simbólico, contribuem para fazer emergir ambientes de isolamento de certezas, levando à reorganização do campo religioso, pelo sinal de pertença a um grupo social concreto, diferentemente do culto ao sagrado que ocorria pelo contato entre fiéis de forma presencial. Dessa forma, as comunidades clássicas de religiosos são potencializadas pelas comunidades midiáticas que se religam ao cotidiano das pessoas, exacerbadas pela relação direta com os fiéis, por meio das redes sociais (GASPARETTO, 2009).

Estamos nos referindo aqui a um segmento conservador e até fundamentalista das Igrejas Evangélicas que atua no cenário atual da ‘democracia de baixa intensidade’ (SOUSA-SANTOS, 2018), ocupando um nicho de ‘representação’ política deixado pelos partidos políticos que, em geral, se burocratizaram e se distanciaram das bases populares.

Tais formas de representação política se manifestam pelo crescente número de políticos evangélicos que produziram seus espaços políticos (nos diferentes Poderes) - e que passam a formar no Congresso Nacional, por exemplo, um dos 4 Bs das denominadas Bancadas (Bíblia - evangélicos; Boi - agronegócio; Bala - policiais e paramilitares; Bancos - mercado financeiro), a articulação em torno da nomeação de Eduardo Cunha (da Assembleia de Deus) como Presidente da Câmara Federal e principal articulador do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, os deputados federais Marcos Feliciano e o Pastor Silas Malafaia (ambos também da Assembleia de Deus, em diferentes versões), fortaleceram, no cenário da representação partidária, uma ‘onda conservadora’, que se coloca na contramão dos direitos até então conquistados no país (direitos civis, sociais, reprodutivos, sexuais etc), atingindo em cheio os comportamentos

e os valores (LIMONGI, 2015).

Também o poder executivo é alvo desse grupo de evangélicos, como o caso do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (da Igreja Universal do Reino de Deus), o que não só traz para a ordem do dia temas pautados pelas organizações evangélicas, como cria-se um verdadeiro cerco contrário aos debates sobre temas atuais, relevantes e necessários para a implementação das conquistas presentes na Constituição Federal de 1988 – CF/1988 (BRASIL, 1988), em muitos casos, com ações fundamentalistas e que repercutem para a expansão dessa atuação no país, impondo-se como valor, comportamento e poder (MACHADO, 2006).

Emergem, dessa maneira, temas específicos e moralizadores que tomam a cena política e é nesse caldo cultural e de presença pública que o combate ao conceito de gênero, o conceito de mulher e de família - como categorias - se intensificam com a eleição, do então deputado, Jair 'Messias' Bolsonaro (entendendo que a inclusão do 'Messias' resultou num batismo de conversão, com repercussões midiáticas nas águas do rio Jordão, em Israel, em maio de 2016, no clima de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff).

As disputas no campo da moral e as Políticas

A moralidade - que não se liga aqui à intimidade - ganha visibilidade e outra configuração pela sua construção na esfera pública. Muitas igrejas evangélicas passam a oferecer serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou populações vulneráveis, contribuindo para a viabilização do que consideram ser 'famílias saudáveis', atuando assim numa seara até então de domínio da igreja católica: a defesa dos direitos humanos.

É no campo da moralidade pública e da canalização de adeptos para suas ideias que a ação desses grupos evangélicos se sustenta - como foram os casos dos Projetos de Lei do Estatuto do Nascituro (contrário ao aborto), o Estatuto da Família (que a define como a união específica de um homem e de uma mulher) e o projeto da Cura Gay (que propõe rever o trecho da Resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe o tratamento, a cura e a discriminação da homossexualidade), ou ainda pela contrariedade da Bancada Evangélica a projetos que envolviam a reprodução humana e a manipulação genética.

Ademais, os Projetos de Lei relacionados à Ideologia de Gênero e o Projeto da Escola Sem Partido tramitam, respectivamente, desde 2009 e 2004 no Congresso Nacional (portanto, são anteriores ao atual governo federal) e cumprem papel de ressonância em outras esferas políticas, como Estados e Municípios, que tentam instituir esses temas em suas agendas políticas, provocando embates e debates acalorados na sociedade. Mesmo não vencendo, ao final, como foi o caso do Projeto de Lei da Escola sem Partido, não aprovado no Supremo Tribunal Federal (STF), criou-se grande alarde na população, com mobilizações importantes a favor e contra a tônica desses projetos, porém os ataques nessa área da moralidade permanecem - como o caso da atuação direta do Presidente da República no conteúdo dos livros didáticos - que se sabe tem repercussão nacional e envolve interesses milionários de editoras e empresas de comunicação - desconsiderando-se a produção científica sobre esse tema, levada a efeito desde a década de 1990.

No caso da ideologia de gênero - é sabido, pelo menos nos meios educacionais e daqueles que atuam no chão da escola - que é no cotidiano da escola e nas relações de confiança ali estabelecidas entre educador e educando que as situações de abuso e de violência doméstica de adultos contra crianças se revelam. Retirar dos educadores e da escola a possibilidade de tomar conhecimento desses casos e buscar soluções educativas para todos/as, significa retroceder em termos de direitos, adulterando o direito protetivo que representa o direito à Educação, bem como a ampliação de repertório existente sobre o tema da educação sexual nas escolas, com a possibilidade de diálogo sobre os comportamentos dos jovens com relação ao sexo.

O tema da mulher, presente no movimento feminista desde sua primeira onda (BUTLER, 2015) relaciona-se, para os evangélicos, à ideia conservadora de família (nuclear e patriarcal) na defesa da família tradicional 'saudável' e na restrição e modelação de comportamentos.

Para Butler (2015) toda vida é vulnerável, por isso ela precisa ser cuidada e desenvol-

vida e a precariedade como política moderna de gestão torna visível a alguns corpos e coloca a sua vulnerabilidade em xeque, intensificando e aumentando ainda mais a vulnerabilidade desses mesmos corpos, vivendo em constante vida precária como finalidade, como um ser que pode morrer a qualquer momento.

É também nesse cenário (juntamente com o antipetismo, o descaso com a política e a descrença nas instituições e na democracia que o nome de Jair Bolsonaro - ele próprio - um evangélico convertido por ver nesse setor um nicho político importante e anti-sistema) ganhou força na campanha presidencial de 2018 e se elege num cenário polarizado, numa clara apologia ao combate às diferenças, por meio do estímulo ao ódio e à violência, pela prática do autoritarismo e pelo fortalecimento do ressentimento.

O tema dos Direitos Humanos (que surge inicialmente no mundo como uma premissa liberal) - como um conjunto de direitos (que é dirigido a todos) e que são históricos - buscou fortalecer processos políticos de afirmação da democracia, pela promoção, a proteção e o reconhecimento público de direitos, como conquista moral da humanidade, na condição de direitos universais, naturais e históricos. Tal tema passa a ter conotação diferente daquela conotação presente na CF/1988 - como direitos e garantias fundamentais - considerado cláusula pétrea (artigos 6º e 7º dos Direitos Sociais e artigo 227 da Ordem Social, da família, da criança, do adolescente e do idoso).

Nesse novo contexto político os Direitos Humanos são colocados na ordem do dia e considerado como 'Direitos Humanos para Humanos Direitos' e se observa o estímulo à criminalização pelo próprio aparelho de Estado, a fragilidade e o enfraquecimento do debate social existente até então, pelas ações e medidas adotadas pelo governo Bolsonaro no campo da segurança como a tentativa de liberação das armas, o estímulo ao encarceramento em massa e o não reconhecimento da diversidade e das relações étnico-raciais, apresentando um claro avanço de forças políticas conservadoras, na contramão das ações dos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016) que buscou - mesmo que de forma não estrutural - mudar as feições da desigualdade do país, o estabelecimento de processos democráticos e de estímulo à alteridade, aliado à presença pública das diferenças e do pensamento divergente.

A personagem caricatural protagonizada pela atual Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damaris Alves, advogada (não inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil) e ex-pastora de igreja evangélica (Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Batista de Lagoinha) - em Belo Horizonte - e que ocupou antes a função de assessora da Comissão de Direitos Humanos, indicada por Magno Malta - ele também um evangélico (então Presidente dessa Comissão) e em uma articulação nacional, por meio de diferentes igrejas evangélicas (conservadoras), parece protagonizar a versão ultraconservadora do governo Bolsonaro pelo atendimento privilegiado aos grupos evangélicos nas demandas públicas, no estímulo às ações políticas relativas à violência, em especial, a violência doméstica, a atuação política junto às Defensorias Públicas, a disputa do setor conservador dos evangélicos observada na eleição para os Conselhos Tutelares em 2019 no país, a delação de professores que 'ideologizam' a Educação - entre outras ações - assumindo-se publicamente anti-feminista, contrária ao aborto e demais direitos adquiridos pelas mulheres (EXAME, 2019). Em resumo: uma anti-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos - que já no seu discurso de posse admitiu que: "O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã."

Parece que é nas frestas, nas margens, nos buracos que a política como religião, por meio do discurso teocrático passa a implementar Políticas Públicas.

Além do que já pontuamos como retrocessos em termos de Políticas Públicas, podemos tomar como expressões dessas Políticas que desmontam a infante e frágil estrutura de Direitos Humanos e Sociais no país, já a preparação desse cenário com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 - a PEC do Teto dos Gastos Públicos (BRASIL, 2016) - no Governo Michel Temer, que instituiu um Novo Regime Fiscal e limitou as despesas do governo federal por 20 anos, trazendo consequências drásticas para Estados e Municípios nas áreas básicas de Educação, Saúde e Assistência Social, no tocante ao financiamento da política social do país (VAZQUEZ, 2016).

Na sequência da PEC do Teto dos Gastos, a Reforma Trabalhista - Lei Federal nº

13.467/2017 (BRASIL, 2017) com as mudanças nas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legislou sobre a terceirização, o imposto sindical, o parcelamento de férias, a jornada de trabalho, o trabalho de mulheres, a insalubridade e a demissão em acordo, o que representou um retrocesso sem precedentes para uma legislação trabalhista (a CLT - que vigorava desde a Era Vargas - na década de 1920 no país) - que estava sendo aprimorada e que intencionava proteger (mesmo que minimamente) as relações entre capital e trabalho.

Dando sequência às reformas econômicas que objetivam - (segundo o atual governo) ajustar as contas públicas e estimular o crescimento da economia - em um Estado que ainda (segundo o próprio governo) promoveu a corrupção e que gasta mais do que arrecada, o governo Jair Bolsonaro previu alavancar reformas estruturais como a Reforma da Previdência Social, aprovando e instituindo mudanças na idade mínima e no tempo de contribuição, no cálculo do benefício e nas regras de transição de um sistema para outro, na alíquota de contribuição, na aposentadoria por incapacidade, na pensão por morte, entre outros aspectos, o que serviu para alargar a rentabilidade do capital, achatando e precarizando ainda mais a condição dos trabalhadores.

Outras reformas estão anunciadas ainda como medidas de transformação do Estado Brasileiro, que fazem parte da reforma econômica e que indicam mudanças na área tributária, no pacto Federativo, nos Fundos Públicos, no favorecimento de privatizações e na redução de despesas obrigatórias, numa clara ideia de Estado perdulário e que precisa encolher para dar lugar aos interesses privados (do mercado).

As aprovações dos referidos Projetos de Lei, que representam uma mudança significativa do papel do Estado brasileiro em um quadro de economia (neo)liberal, só foram possíveis por meio de acordos com o Congresso Nacional - com destaque para as relações que envolvem religião e política - em que parlamentares (representantes de grupos religiosos conservadores aos quais nos referimos) não só fizeram coro às reformas econômicas apresentadas, como protagonizaram ações relativas ao campo da moral, contribuindo também para a espetacularização da política, o que representou, por vezes, uma cortina de fumaça em meio aos anúncios de medidas-bomba econômicas da parte do governo federal.

Considerações Finais

De uma condição republicana (do início do século XX) em que a religião é entendida como colaboradora do Estado, observamos um deslocamento para a condição do Estado reconhecedor da religião, pela aposta na caridade e na formação de opinião - com destaque para a pauta da moralidade e dos costumes - ameaçando a dimensão laica do Estado brasileiro e as conquistas advindas de governos democráticos (anteriores).

Do ponto de vista da moral, o objetivo parece ser o estímulo à formação coletiva de opinião e, nesse aspecto, a mídia tem papel primordial, funcionando como 'quadro de referência' no sentido de orientar as opiniões políticas. Ganhando visibilidade no processo constituinte de 1988 e apresentando-se como bancada religiosa/evangélica, os atores políticos desse segmento caracterizam-se pelo fisiologismo, conservadorismo e corporativismo, fenômeno também presente em outros países, especialmente da América Latina, constituindo-se em um *ethos* religioso, transferindo as influências da esfera religiosa para a esfera política, tendo, em muitos casos, a religião como via de acesso às Políticas Públicas.

A 'modernidade líquida' - de acordo com Bauman (2000) - como marca das sociedades contemporâneas - contribui para sedimentar novos valores, mediatizados pela cibercultura, pelo consumo e pela efemeridade dos acontecimentos e relações e, também, na forma de declínio do homem público e no pertencimento às comunidades virtuais. No caso brasileiro, acresce-se as imbricações entre Política e Religião, o forte ataque às instituições e ao aparelhamento do sistema judiciário, transformando a população em consumidores atomizados, responsáveis individualmente pelo sucesso e pelo fracasso de suas próprias vidas, como condutas próprias de políticas neoliberais, que atravessam as subjetividades.

Ao abordar as relações entre Religião e Política, buscamos acentuar a dimensão conservadora das pautas moralizantes trazidas à tona por uma ala evangélica que compõe a cena po-

lítica brasileira, porém o conservadorismo, assim como o fundamentalismo, não se restringem a essa representação religiosa (que também não é, em si, um bloco monolítico), mas antes se articulam a um processo social mais amplo e complexo.

O que denominamos de 'pauta conservadora', defendida por políticos evangélicos ultrapassa esse grupo e pode ser encontrada também em grupos católicos, em outras religiões e também em grupos que se autoproclamam sem religião, pela compreensão de que o pensamento social sobre o Brasil foi pautado - entre outros aspectos - pela cordialidade (mesmo considerando as diferentes violências que a população mais pauperizada historicamente sofreu) e pelo sincretismo religioso (sobretudo pelas relações estreitas construídas entre o catolicismo e as religiões de matriz africana).

Contudo, no âmbito do governo federal, é a primeira vez na história brasileira que segmentos do setor evangélico contribuem para produzir relações inter-religiosas e políticas fomentando na sociedade a intolerância e o ódio, do 'nós versus eles/os outros', o que serve mais para criar sentimentos não humanos, imobilizar, criar símbolos e falsos mitos, formulados em polos extremos, do que para unir e contribuir para aprimorar o Estado Democrático de Direito, em um país de democracia frágil e com identidade em construção. Exemplos dessa condição são a escravidão e os regimes nazifascistas na Europa que resultaram em falsas identidades, pela padronização de comportamentos e pela extinção das diferenças - sendo sabido o que essa condição produziu historicamente.

Como num jogo de xadrez, as peças no tabuleiro movem-se em diferentes direções - desde que as casas estejam livres. Numa analogia, no atual cenário de protagonismo e de estreitamento de relações entre religião e política, por meios autoritários, e num quadro de economia volátil, de violência e de aumento vertiginoso da desigualdade social, cabe-nos refletir sobre o que ficou, de fato, nessas moradas (casas vazias) em termos de direitos (estruturais e inatingíveis) - aliado à dimensão da espiritualidade e da transcendência - que guiam as opções religiosas (sejam elas quais forem), e que, ao que parece, necessitam ser consideradas e 'lidas' e que podem representar resistências e possibilidades acerca dos sérios riscos que a democracia atravessa no país (e no mundo).

Uma forma possível (de avanço político estratégico nas peças desse complexo tabuleiro de jogo e que supõe disputas de diferentes matizes) - já amplamente problematizada nos dias atuais - é a (re)criação de canais de participação popular horizontalizados e que dialogue diretamente com as demandas concretas das populações, em geral e em especial, das mais vulneráveis, alcançando os sujeitos reais e seus contextos, junto a um processo de revisão das formas de organização dos partidos políticos que, em geral, se distanciaram de suas bases, exatamente o nicho prioritário dos grupos evangélicos conservadores, além da concretização de Políticas Públicas, em especial, as Políticas Sociais.

Talvez esse seja um aspecto prioritário para a retomada da democracia no país, ao envolver uma revisão das formas tradicionais de representação e da participação (na política), assim como ter um olhar para a necessidade humana da transcendência e da religiosidade (na religião), reconhecendo o papel importante da espiritualidade na busca de significados e propósitos para a existência humana.

A dimensão do Estado laico/secular - previsto na CF/1988 (artigos 5º e 19º) - base de um sistema republicano e fortalecedor da democracia - encontra-se abalada, pois embora não se tenha assumido oficialmente uma fé religiosa nacional, o que observamos no Brasil, na atualidade, é o uso do aparelho de Estado para fins de interesses religiosos, o que coloca obstáculos à liberdade de escolha, ao exercício da cidadania e representa um retrocesso ao esforço que a sociedade brasileira empreendeu nas últimas décadas no caminho da construção de uma sociedade mais igualitária e de justiça social.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos**, Cebrap, São Paulo, v.38, n. 01, p. 185-213, jan-abril, 2019. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#sent?projector=1>. Acesso em 05 jan. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. São Paulo: Zahar, 2000.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 13.467/2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 10/12/2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95/2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em? 05 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Senado Federal. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 10 dez. 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

EXAME, Revista. **Damares Alves defende “bolsa” a mulheres estupradas**. 11 dez. 2018. Disponível em: www.exame.abril.com.br. Acesso em 10 dez. 2019.

GASPARETTO, Paulo Roque. Mídiação da religião: processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento: estudo sobre a recepção da TV Canção Nova. **Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação**, São Leopoldo: Universidade Vale dos Sinos – Unisinos – Programa de Pós-Graduação, 2009.

LIMONGI, Fernando. O passaporte de Cunha e o Impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos Estudos**, vol.103, São Paulo, Cebrap, 2015, p. 99-112.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro; Ed. FGV, 2006.

NÉRI, Marcelo. (coord.) **Economia das religiões: mudanças recentes**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007 (Coleção Memória da Educação).

SOUSA-SANTOS, Boaventura. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016**. São Paulo: Cortez, 2018.

VAZQUEZ, Daniel A. O desmonte social do Plano Temer-Meirelles. **Carta Capital**, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-desmonte-social-no-plano-temer-meirelles/>. Acesso em 10 dez. 2019.